

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2018

**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Concurso Público para provimento de vagas de Consultor Técnico-Legislativo Categoria Analista de Sistemas – Área 1

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C32', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

O tempo nos nossos tempos

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou autoevidentes. Registramos a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não costumamos deixar que isso interfira no nosso sentido comum do tempo, em torno do qual organizamos nossa rotina diária. Reconhecemos, é verdade, que os nossos processos e percepções mentais podem nos pregar peças, fazer segundos parecerem anos-luz ou horas agradáveis passarem com tanta rapidez que mal nos damos conta. Também podemos reconhecer o fato de diferentes sociedades (ou mesmo diferentes subgrupos) cultivarem sentidos de tempo bem distintos.

Na sociedade moderna, muitos sentidos distintos de tempo se entrecruzam. Os movimentos cíclicos e repetitivos (do café da manhã e da ida ao trabalho a rituais sazonais como festas populares e aberturas de temporadas esportivas) oferecem sensação de segurança num mundo em que o impulso geral do progresso parece ser sempre para frente e para o alto – na direção do firmamento do desconhecido.

Quando o sentido do tempo como progresso é ameaçado pela depressão ou pela recessão, pela guerra ou pelo caos social, podemos nos reassegurar (em parte) com a ideia do tempo cíclico como um fenômeno natural a que devemos forçosamente nos adaptar ou recorrer a uma imagem ainda mais forte de alguma propensão universal estável, como contraponto perpétuo do progresso. E, em momentos de desespero ou de exaltação, quem entre nós consegue impedir-se de invocar o tempo do destino, do mito, dos deuses?

(HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993, p. 187-188)

1. Em relação ao sentido do tempo, deve-se notar que
 - (A) prevalece o senso comum de que o tempo é cíclico e relativo, não cabendo arbitrar nada de decisivo em relação a ele.
 - (B) persiste, do início da história humana aos nossos dias, a ideia de que a passagem do tempo oferece em si mesma uma sensação de segurança.
 - (C) se atribui aos eventos ritualísticos a propriedade de negar o sentido do tempo como movimento cíclico ou repetitivo.
 - (D) conceitua-se na física o tempo como um fenômeno complexo, haja vista as perspectivas em disputa.
 - (E) se abandonou, modernamente, a visão antiga pela qual se atribuía ao tempo o poder mítico de consolar-nos de nossas dores.

2. Afirma-se,
 - (A) no primeiro parágrafo, que a percepção rotineira que temos do tempo pode ser enganosa, uma vez que ela se estabelece segundo disposições subjetivas.
 - (B) no segundo parágrafo, que, apesar da modernidade, prospera uma compreensão do tempo que o torna o avesso de um progresso linear.
 - (C) no terceiro parágrafo, que os momentos históricos de depressão ou recessão econômica propiciam maior objetividade na compreensão do tempo.
 - (D) nos dois primeiros parágrafos, a ideia essencial de que o tempo é um fenômeno simples e natural, apesar de nossas percepções em contrário.
 - (E) nos dois últimos parágrafos, que os festejos comemorativos das estações climáticas simbolizam a fé que temos na generosidade do tempo natural.



3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *lhes damos atribuições do senso comum* (1º parágrafo) = impingimos-lhes qualidades mais simples.
 - (B) *nossos processos e percepções mentais podem nos pregar peças* (1º parágrafo) = nossos preceitos e poderes mentalizados podem nos iludir.
 - (C) *sentidos distintos de tempo se entrecruzam* (2º parágrafo) = acepções cronológicas diversas se interpõem.
 - (D) *é ameaçado pela depressão ou pela recessão* (3º parágrafo) = é prejudicado pela proeminência ou pelo recolhimento.
 - (E) *podemos nos reassurar (em parte) com a ideia* (3º parágrafo) = somos capazes de nos reassentar (parcialmente) com o conceito.
-
4. Ao caracterizar o que chama de *nosso sentido comum do tempo* (1º parágrafo), o autor faz ver que
- (A) o modo habitual como entendemos o tempo da rotina impede-nos de reconhecer as ilusórias percepções que advêm dessa compreensão.
 - (B) os vários sentidos que a física reconhece como atributos do tempo são determinantes para que compreendamos a sucessão da rotina.
 - (C) a escala temporal que nos permite dividir o tempo em unidades convencionais é decisiva na organização da nossa rotina cotidiana.
 - (D) a rotina dentro da qual vivemos a nossa divisão do tempo impede em definitivo que reconheçamos as rotinas de outros grupos sociais.
 - (E) as percepções que experimentamos no tempo da rotina tornam-se uniformes por causa das divisões mecânicas a que o submetemos modernamente.
-
5. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Basta estarmos submetidos à paixões, que se usa variar, sem que notemos as percepções que alimentamos em relação à passagem do tempo.
 - (B) Não nos parece de todo mal sentir o fenômeno da diversidade do tempo, segundo hajam variantes em nossas emoções e estados mentais.
 - (C) Confiamos que os ritos festivos sirvam para expressar nosso desejo para que a repetição do tempo propicie o conforto psicológico dos hábitos.
 - (D) Não há quem já não tenha experimentado, vez ou outra, a força com que em cada estado emocional se impõe uma distinta percepção do tempo.
 - (E) Constam entre as características da modernidade a facilidade com que admitimos que os fatos sejam sempre progressivos, conquanto estimulantes.
-
6. Há forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às regras de concordância na frase:
- (A) Reconhecem-se a natureza e a qualidade do tempo segundo as disposições emocionais a que se esteja submetido.
 - (B) Não hão de se evitar que nossos estados emocionais atuem decisivamente sobre as nossas percepções do tempo.
 - (C) Tanto nos vem marcando os ritmos do progresso a qualquer custo que nossa compreensão do tempo nunca se contrapõem a eles.
 - (D) Mesmo as ações da rotina simples, como tomar café ou ir ao trabalho, deixa-se marcar por bem determinada qualificação do tempo.
 - (E) Entre as várias assertivas do texto figuram, já ao final dele, a de que os antigos ritos e mitos ainda exercem sua força sobre nós.



Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Leis da natureza, leis dos homens

As leis gerais da natureza, até onde sabemos, são imutáveis e irrecorríveis, capitaneadas todas por sua Lei maior, a que faz nascer, viver e morrer. Parte da natureza, os homens – não se sabe se por mérito próprio ou por mais um atendimento às determinações naturais – destacaram-se dos demais viventes por desenvolver atributos e habilidades que lhes permitiram associar experiências, produzir conhecimento, desenvolver e articular linguagens. Seres de natureza sociável, logo sentiram a necessidade de estipular princípios de comportamento que tornassem a vida de todos mais protegida e mais colaborativa. Nasceram assim os rudimentos de uma legislação primitiva, transmitida nos gestos da tradição e nos valores passados de boca em boca. Com a escrita, esses dispositivos fixaram-se, formalizaram-se em códigos, criados e administrados por especialistas e referendados pelo poder constituído.

Ao contrário do que ocorre com as leis naturais, as humanas não são nem imutáveis nem irrecorríveis. Elas estão permanentemente convocadas para responder ao envelhecimento e ao nascimento dos valores sociais, e abrem espaço para que sejam interpretadas em meio a demandas e conflitos. É missão das leis assegurar aos homens princípios de civilidade, em distribuição justa e equilibrada dos direitos e deveres. É missão dos legisladores – seja no âmbito influente dos estudiosos do Direito doutrinário, seja no âmbito decisivo dos parlamentares das diferentes casas legislativas – constituírem a melhor formalização possível das leis que venham a reger os interesses essenciais de uma comunidade. A expressão “democrática distribuição da justiça” é o princípio regente, sem o qual ficam os homens abandonados a algum poder discricionário, quando não tirânico e ditatorial. Sem as leis humanas, vigorariam os princípios básicos – segundo alguns, “bárbaros” – dos instintos naturais. Sabemos que a barbárie jamais foi de todo afastada da História, mas sempre podemos perguntar o que seria de nós sem a busca e determinação dos princípios que vão garantindo, de qualquer modo, a escalada da civilização.

(MOURINHO, Geraldo Tomé, inédito)

7. Os atributos de imutabilidade e irrecorribilidade, conforme dispõe o 2º parágrafo do texto,
- (A) constituem-se, com rigor, no âmbito da natureza e encontram sua projeção nos primeiros códigos legislativos.
 - (B) confrontam os direitos básicos do homem, razão pela qual são evitados até mesmo nos casos de um governo discricionário.
 - (C) relativizam-se no plano geral da natureza, quando ocorrem fenômenos incontrolláveis e mutações inéditas.
 - (D) são considerados índices da barbárie que predominava nas sociedades cujo poder central era incontrastável.
 - (E) estão excluídos das legislações que abrem espaço para a atualização dos princípios e a interpretação das leis.
-
8. No contexto do 2º parágrafo, há uma clara oposição entre estes dois segmentos:
- (A) *ao envelhecimento e ao nascimento dos valores sociais // interpretadas em meio a demandas e conflitos.*
 - (B) *estudiosos do Direito doutrinário // parlamentares das diferentes casas legislativas.*
 - (C) *melhor formalização possível das leis // interesses essenciais de uma comunidade.*
 - (D) *algum poder discricionário // distribuição justa e equilibrada dos direitos e deveres.*
 - (E) *“democrática distribuição da justiça” // vão garantindo, de qualquer modo, a escalada da civilização.*
-
9. A frase *não se sabe se por mérito próprio ou por mais um atendimento às determinações naturais* (1º parágrafo) está colocando uma dúvida quanto
- (A) à força original pela qual o homem acabou por destacar-se e diferenciar-se das demais criaturas.
 - (B) ao estigma ou à graça divina de terem os homens méritos considerados sobrenaturais.
 - (C) ao fato de a natureza estar frequentemente contrariando os desígnios humanos.
 - (D) à razão de ser que levou os homens a constituírem sociedades, a despeito das forças da natureza.
 - (E) ao motivo pelo qual a natureza está sendo destituída de suas forças por criaturas que ela mesma criou.



10. Constituem uma **causa** e sua **consequência**, nesta ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *são imutáveis e irrecorríveis // destacaram-se dos demais viventes* (1º parágrafo).
 - (B) *Seres de natureza sociável // sentiram a necessidade de estipular princípios de comportamento* (1º parágrafo).
 - (C) *Nasceram assim os rudimentos de uma legislação // administrados por especialistas e referendados pelo poder constituído* (1º parágrafo).
 - (D) *Ao contrário do que ocorre com as leis naturais // as humanas não são nem imutáveis nem irrecorríveis* (2º parágrafo).
 - (E) *A expressão "democrática distribuição da justiça" // ficam os homens abandonados a algum poder discricionário* (2º parágrafo).
-
11. Há perfeita correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Os homens não haveriam de se destacar entre as espécies caso lhes falte o desenvolvimento das propriedades que a natureza lhes legara.
 - (B) Acreditava-se que dos rudimentares princípios jurídicos dos velhos tempos venham a nascer elaborações sofisticadas que chegaram até nós.
 - (C) Não sobrevivesse em tantos homens a fúria dos instintos, não terá sido necessário tanto empenho na criação dos códigos criminais.
 - (D) Aos primeiros legisladores coube a missão de vierem a nos legar os princípios básicos e inquebrantáveis que constituem uma boa legislação.
 - (E) A menos que a sociedade se deixe orientar globalmente pela razão e pelos melhores sentimentos, não há como dispensar o rigor das leis.
-
12. Para compor adequadamente a frase, o **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado em:
- (A) Não (**cab**er) aos seres de natureza sociável esquivar-se do cumprimento dos códigos legais.
 - (B) Desde o início de sua história (**cumpr**ir) aos homens estipular as melhores normas de convívio.
 - (C) Aos estudiosos do Direito, em todas as épocas, (**compet**ir) a missão de participar ativamente da elaboração das leis.
 - (D) Aqueles em que a ética predomina não (**deix**ar) de medir esforços para que os direitos e deveres sejam bem distribuídos.
 - (E) A um homem justo não (**perturb**ar) os rigores da lei, nem ele os teme em seu posto de honradez.
-

Direito Constitucional

13. Acerca da nacionalidade a Constituição Federal dispõe que
- (A) não é possível a concessão de nacionalidade brasileira a estrangeiro residente no Brasil, condenado civilmente.
 - (B) somente por lei complementar será possível estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
 - (C) é privativo de brasileiro nato o cargo de Governador do Distrito Federal.
 - (D) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, em qualquer hipótese.
 - (E) aos portugueses com residência permanente no país; se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição Federal.
-
14. Os Deputados e Senadores
- (A) não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
 - (B) serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
 - (C) perderão o mandato ainda quando licenciados pela respectiva Casa para tratar, sem remuneração, de interesse particular, se o afastamento ultrapassar noventa dias por sessão legislativa.
 - (D) poderão optar pela remuneração do mandato quando investidos no cargo de Secretário do Distrito Federal.
 - (E) que abusarem das prerrogativas constitucionais a eles asseguradas não poderão perder o mandato em razão de tal hipótese não estar prevista como incompatível com o decoro parlamentar.
-



15. A representação de determinado Estado da Federação na Câmara dos Deputados é atualmente de 17 Deputados Federais. Diante disso, à luz da Constituição Federal, a quantidade de Deputados Estaduais na Assembleia legislativa respectiva será de
- (A) 40.
 - (B) 41.
 - (C) 36.
 - (D) 43.
 - (E) 38.

16. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

- I. autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- II. apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- III. autorizar referendo e convocar plebiscito.
- IV. fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

Direito Administrativo

17. O exercício da convalidação pela Administração pública, nos termos do disposto na Lei nº 9.784/1999, está condicionado à
- (A) natureza jurídica vinculada do ato, tendo em vista que os atos discricionários não podem ser convalidados, porque objeto de juízo personalíssimo do administrador.
 - (B) irretroatividade de seus efeitos, de forma que o ato convalidado só pode produzir efeitos após a data do ato de convalidação.
 - (C) demonstração da existência de vício de qualquer natureza, quando a prática da convalidação se torna de rigor.
 - (D) mesma autoria, ou seja, o mesmo administrador na época da edição do ato viciado e depois, por ocasião da convalidação.
 - (E) que os vícios sejam passíveis de serem sanáveis, como os relativos à forma, e que da convalidação não resulte lesão ao interesse público nem a direito de terceiros.
18. O diretor de uma escola pública entrou em contato com um produtor de frutas da região para viabilizar a entrega de produtos para a merenda dos alunos da unidade que administra. Considerando que faltavam três meses para o fim do ano letivo, o diretor informou que contratariam o fornecimento formalmente para o início do próximo ano, ocasião em que incluiria o pagamento pelo fornecimento já realizado no corrente ano. O produtor concordou, tendo apresentado as notas de entrega dos produtos no início do ano letivo seguinte. A direção da escola, no entanto, havia mudado, cabendo ao novo diretor
- (A) instaurar procedimento para apuração dos serviços efetivamente prestados, tendo em vista que a nulidade do contrato, porque verbal, sem culpa do contratado, não afasta o dever de indenização pelos serviços já executados.
 - (B) indeferir o pagamento de qualquer ressarcimento ao contratado, considerando que contratos verbais firmados com a Administração pública são nulos, deles não sendo possível a geração de efeitos.
 - (C) apurar a efetiva prestação dos serviços e incluir os valores referentes aos serviços pretéritos no novo contrato, caso seja autorizada sua regular formalização.
 - (D) a celebração de contrato distinto para o período pretérito, precedido de processo administrativo para comprovar o efetivo fornecimento dos bens, bem como a atestação de adequação dos mesmos.
 - (E) efetuar o pagamento pelo fornecimento caso fique demonstrado que o valor não supera o montante de R\$ 10.000,00, eis que este valor dispensaria a realização de licitação.



19. De acordo com a Lei Complementar Distrital nº 840/2008, os funcionários públicos recebem subsídio ou remuneração mensal, que se diferenciam ou se caracterizam por
- (A) serem constituídos de parcela única, admitindo, o subsídio, o acréscimo de vantagens pessoais, periódicas e as de caráter indenizatório.
 - (B) admitirem o acréscimo de vantagens indenizatórias, ainda que a remuneração admita outras, enquanto o subsídio não.
 - (C) não admitirem o acréscimo de vantagens e adicionais, à exceção do abono de permanência.
 - (D) admitirem apenas o acréscimo de abono de permanência e adicionais de caráter eventual, que não integram a retribuição em caráter definitivo.
 - (E) excepcionalmente admitirem o acréscimo de outros valores mensais, sendo as vantagens admitidas exclusivamente para a remuneração.
-
20. A Administração pública de determinado Município editou decreto instituindo obrigação dos administrados submeterem seus estabelecimentos comerciais e de serviços a mais um procedimento de licenciamento para funcionamento. A medida
- (A) deve ser cumprida pelos administrados porque configura regular exercício do poder normativo pela Administração pública, que pode ter natureza originária quando se tratar de matéria típica de poder de polícia.
 - (B) pode ser sustada ou convalidada pelo Poder Legislativo, pois cabe ao Tribunal de Contas o controle dos atos praticados pelo Executivo no exercício do poder normativo originário.
 - (C) é regular expressão do poder discricionário da Administração pública, mas não poderá haver negativa na expedição da licença ao administrado caso preencha os requisitos constantes do decreto autônomo editado.
 - (D) pode ser questionada no Poder Judiciário sob o fundamento de ter exorbitado os limites do poder normativo do Executivo ao instituir obrigação aos administrados.
 - (E) poderá ser anulada ou revogada pela própria Administração pública ou pelo Poder Judiciário, tendo em vista que o decreto editado abordou matéria reservada à lei, excedendo o poder normativo do Executivo.
-

Processo Legislativo

21. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, que disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal, dispõe, a respeito da estruturação das leis, que
- (A) ementa é a parte do título que qualifica a lei, denominando-a pela sua espécie, distingue a lei de outras da mesma espécie, pela numeração, e situa a lei no tempo, pela sua data.
 - (B) cada uma das espécies de lei tem numeração própria, sendo as leis complementares numeradas pela Câmara Legislativa.
 - (C) a fórmula de promulgação será colocada logo após a ementa e alinhada com o texto da lei, sendo inserida por quem a promulgar.
 - (D) não é permitida a utilização de justificção dos atos que levaram à promulgação da lei, sob a forma de considerando, antes da ordem de execução.
 - (E) as leis são numeradas com algarismos arábicos na ordem crescente de sua publicação e em sequência ininterrupta, sendo que a numeração das emendas à Lei Orgânica tem como início a data da promulgação da Constituição de 1988.
-
22. Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, constitui matéria que pode ser objeto de lei ordinária
- (A) o regime jurídico dos servidores públicos civis.
 - (B) a autorização de privatização, mediante alienação de ações de empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (C) a lei que dispõe sobre o plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal.
 - (D) o código tributário do Distrito Federal.
 - (E) a lei que dispõe sobre a organização do sistema de educação do Distrito Federal.
-
23. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições no processo legislativo, que:
- (A) compete privativamente ao Governador a propositura de projeto de lei que vise a conceder gratuidade ou subsídio em serviço público prestado de forma indireta, com a previsão de indicação da fonte de custeio em decreto regulamentar.
 - (B) no que se refere às matérias da competência privativa da Câmara Legislativa, decreto legislativo disciplina as matérias de interesse interno da Casa, enquanto as demais matérias são reguladas por resolução.
 - (C) não são admitidas as moções de louvor, aplauso, regozijo ou congratulação.
 - (D) indicação é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa sugere a outro ente da Federação a execução de medidas que não se incluam na competência do Distrito Federal.
 - (E) moção é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa se manifesta para hipotecar apoio ou solidariedade ou para protestar sobre determinado evento.
-

**Realidade do Distrito Federal**

24. Na crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal em 2017, Planaltina e Sobradinho sofreram interrupção no fornecimento de água por alguns dias. A área foi considerada a mais crítica nos períodos de estiagem, pelo presidente da Companhia de Saneamento do Distrito Federal, porque
- (A) é abastecida pela barragem de Santa Maria, que chega ao nível mínimo de sua capacidade.
 - (B) depende do inconstante fornecimento de água pela barragem do Descoberto.
 - (C) o rio Barroco não tem volume de água suficiente para suprir a demanda da população.
 - (D) não dispõe de reservatórios, dependendo exclusivamente dos córregos para ser abastecida.
 - (E) a vazão do rio Capão da Onça nunca é suficiente para atender às suas necessidades.
-
25. O bioma Cerrado, característico da região do Distrito Federal, ocupa, em relação à área total do Brasil, cerca de
- (A) 10%.
 - (B) 13%.
 - (C) 24%.
 - (D) 2%.
 - (E) 50%.

Inglês Técnico

Atenção: Para responder às questões de números 26 e 27, considere o texto abaixo.

Legislative Management and Information System

In May 2001, the Sangguniang Panlalawigan (SP – Provincial Council in English) under the leadership of Vice-Governor Loreto Leo S. Ocampos embarked on the computerization of its legislative function through the acquisition of the “Legislative Management and Tracking System”. The “Legislative Management and Tracking System” or “Legtrack” as it is commonly called, is a software program developed as a tool to track, monitor and store communications, requests, proposed resolutions and ordinances, communications, Sangguniang Bayan Resolutions and ordinances from different municipalities and cities to be acted upon.

The Provincial Government only spent sixty-six thousand pesos (P 66,000.00) for the cost of installation, airfare and accommodation of two Philippine Business for Social Progress (PBSP) consultants and the training of five SP personnel on its operation and application. Now, over a million worth of software program was given to the Sangguniang Panlalawigan for free.

The SP’s “Legtrack” can be considered as one of the most updated versions of the Tracking System used by different Local Government Units in the country. It also holds the distinction of being the first “Legtrack” to be synced to a Paperless Legislation Program.

The actual performance of the Sangguniang Panlalawigan and its individual members can also be gauged through statistics on session attendance; committee meeting attendance; committee reports made, number of resolutions and ordinances authored, sponsored and passed.

Furthermore, the System upgrade(s) enhances not only the intellectual capability of the Secretariat but also its technical competence in support to the Sanggunian’s Office vows to be responsive, active and sensitive to the needs of the people. It has undergone a total of seven upgrades over the years.

(Adapted from <http://sp.misocc.gov.ph/legislative-management-and-information-system>)

26. Segundo o texto, o *Legtrack*
- (A) permite avaliar o desempenho real dos membros do *Sangguniang Panlalawigan*.
 - (B) fornece dados estatísticos sobre o número de leis e decretos em tramitação.
 - (C) substituiu um sistema eletrônico anteriormente usado pelo *Sangguniang Panlalawigan*.
 - (D) exigiu o treinamento pessoal de dois consultores e cinco funcionários.
 - (E) teve sua última atualização há sete anos.
-
27. De acordo com o texto, o *Legtrack*
- (A) está programado para responder consultas do público em geral.
 - (B) custou mais de um milhão de pesos.
 - (C) exige grande capacidade intelectual do Secretariado.
 - (D) está sincronizado com um Programa de Legislação Sem Papel.
 - (E) é a versão mais atualizada do *Tracking System* usado por outros órgãos do país.



Atenção: Para responder às questões de números 28 a 30, considere o texto abaixo.

Reno, Nevada, Improves Efficiency while Complying with Stringent Open Meeting Law Requirements

ADAMANT ABOUT TRANSPARENCY

The Reno City Council meets regularly to set priorities, approve the budget and address issues facing the community. These meetings are guided by incredibly stringent open meeting law requirements. Staff must post the agenda, along with all supporting materials, on their website at least three days prior to a meeting. Additionally, if any documents are presented during a Council meeting to help make a decision, it must be uploaded within 24 hours after the meeting.

As a Senior Management Analyst, Jaime Schroeder has been responsible for all staff reports, supporting materials and the agendas for the Reno City Council and the Reno Redevelopment Agency Board since early 2012. Back then, the agency was using a government shareware product. "We realized we had quickly outgrown that system," recalls Jaime.

The City's communications and technology departments conducted a thorough search of alternatives and narrowed the list down to three contenders. "We looked at Accela Legislative Management and realized it was the full package," says Jaime. "It was something we felt we could implement and get comfortable with quickly."

HOW ACCELA EMPOWERS RENO

One of the things Jaime appreciates about Accela is that "they believe in their product so much, you don't have to sign on for a year. With Accela, we didn't feel they were trying to get the most money they could from the agency. We felt they truly were a company that wanted to work with us and were understanding of all the different requirements we had."

City Council meetings are on average four to six hours long. In the past, citizens had to fast forward and rewind through an entire meeting online in order to find what they were looking for. "The great thing about this product and why we chose it is that the video of each meeting is integrated with the meeting documents and it also has time-stamp features, making it easy for staff and citizens to quickly find what they're interested in. I love that transparency."

THE BOTTOM LINE

Once a document is posted online, staff and citizens alike can access it through a meeting portal 24/7. When citizens request a Council or staff report, employees can simply direct them to the portal, where they can click on the meeting date, see the agenda and then click on the item that interests them. When the media requests information, the Communications department can send links to staff reports online, saving time, paper and money and helping to ensure accurate media coverage.

In the future, the City of Reno is looking forward to using the electronic voting feature available within Accela Digital Boardroom that shows meeting participants' votes on a screen during the meeting in real time.

(Adapted from <https://www.accela.com/company/customers/success-stories/reno>)

28. De acordo com o texto,

- (A) as reuniões do Conselho Municipal são semanais e têm duração média de quatro a seis horas.
- (B) a pauta das reuniões do Conselho Municipal deve ser publicada no site com um mínimo de três dias de antecedência.
- (C) toda documentação referente a uma reunião do Conselho Municipal deve ser publicada, no máximo, 24 horas após a reunião.
- (D) as reuniões do Conselho Municipal e da diretoria da Redevelopment Agency são transmitidas ao vivo.
- (E) qualquer pessoa tem acesso aos vídeos, mas não à documentação das reuniões do Conselho Municipal.

29. Segundo o texto,

- (A) Jaime Schroeder se deu conta de que o *shareware* usado já não satisfazia as necessidades da Redevelopment Agency.
- (B) o critério que prevaleceu na escolha do novo *software* foi a idoneidade da empresa produtora.
- (C) o *software* escolhido fornecia uma licença de uso de um ano.
- (D) os desenvolvedores do Accela não se mostraram muito receptivos aos requisitos da Redevelopment Agency.
- (E) o *software* custava mais do que o esperado, mas oferecia um pacote completo de funcionalidades.

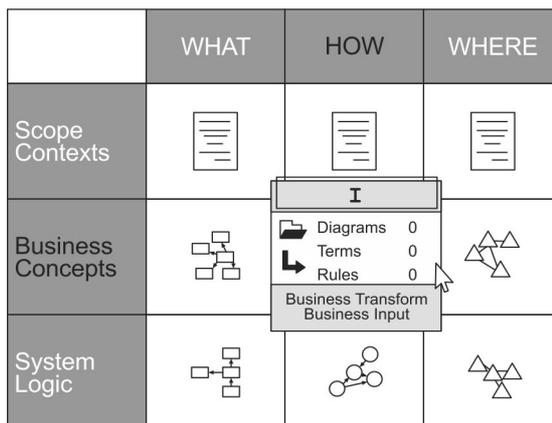
30. De acordo com o texto,

- (A) o novo portal das reuniões está sendo muito apreciado tanto pelos membros do Conselho quanto pelos cidadãos em geral.
- (B) toda atualização do portal é realizada no período entre 0h00 e 7h00.
- (C) informações solicitadas pela imprensa podem ser atendidas mediante envio do *link* dos relatórios dos membros do Conselho Municipal.
- (D) o painel eletrônico de votação é mais uma funcionalidade do Accela Legislative Management já implantada.
- (E) os vídeos das reuniões ainda demandam paciência para se encontrar a informação desejada.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Considere que um Analista de Sistemas da Câmara Legislativa do Distrito Federal está iniciando a criação de um diagrama com base no Zachman Framework for Enterprise Architecture, buscando estruturar a arquitetura corporativa da Câmara. A figura abaixo mostra o diagrama parcial criado.



Na figura,

- (A) ainda falta criar mais 6 colunas e 6 linhas para informações, pois a matriz Zachman típica é 9 x 9.
 - (B) a lacuna I refere-se ao Process Model, pois HOW trata de questões relacionadas a *Process*.
 - (C) a lacuna I refere-se ao Entity Relationship Model, pois HOW trata de questões relacionadas a *Data*.
 - (D) a coluna WHERE refere-se às questões relacionadas ao *Timing*.
 - (E) a coluna WHAT refere-se às questões relacionadas à *Technology and Distribution*.
-
32. Considere que uma Analista de Sistemas está trabalhando na Modelagem de Processos de Negócio relativos à Câmara Legislativa. Inicialmente a Analista estudou o funcionamento da técnica I, que refere-se aos esforços cíclicos e repetitivos de *improvements*, geralmente incrementais, visando garantir que os processos de negócio da Câmara sejam realizados da maneira mais eficiente possível. Em seguida elaborou o II, ou seja, o modelo futuro de processos de negócio. Para cada processo da modelagem sendo realizado, buscou identificar os III, que são pontos do processo onde o trabalho ou a informação passa de uma função para outra e pode resultar em desconexões de processos. Além disso, buscou também identificar os IV, que são restrições de capacidade que criam uma fila e cujos fatores que podem contribuir para sua formação incluem pessoas, sistemas, infraestrutura e fatores organizacionais.

Na descrição da modelagem realizada pela Analista, I, II, III e IV são, correta e respectivamente,

- (A) melhoria contínua – *as is* – variantes – gargalos
- (B) *event-driven Process Chain* – *Value Stream Mapping* – gargalos – *handoffs*
- (C) *event-driven Process Chain* – *to be* – gargalos – *handoffs*
- (D) melhoria contínua – *to be* – *handoffs* – gargalos
- (E) gerenciamento de Desempenho de Processos – *Value Stream Mapping* – *handoffs* – variantes

Atenção: Considere as informações abaixo para responder as questões de números 33 e 34.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Compõe-se de presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário e terceiro secretário, bem como de três suplentes de secretário.

(Disponível: <http://www.cl.df.gov.br/en/web/guest/ Mesa-Diretora>)

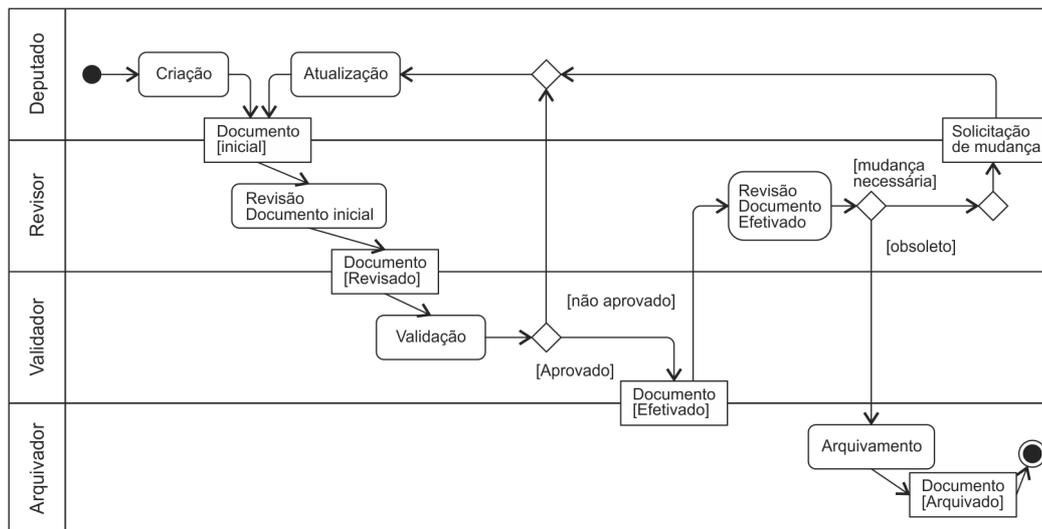
Considere que na Câmara Legislativa exista um banco de dados funcionando em condições ideais. Considere que exista uma tabela neste banco denominada TabCamara que possua os campos CodDepDistr (inteiro), NomeDepDistr (caracteres), Partido (caracteres), CargoMesaDiretora (caracteres). Caso um deputado distrital não tenha cargo na mesa diretora da câmara o campo fica com NULL.

33. Uma Analista de Sistemas foi solicitada a fazer uma consulta SQL que resulte na lista de Deputados que possuem cargo na mesa diretora, em ordem alfabética dos nomes dos partidos e, dentro de cada partido, ordenados por nomes. A instrução SQL que realiza esta consulta é:
- (A) `SELECT Partido, NomeDepDistr FROM TabCamara WHERE CargoMesaDiretora IS NOT NULL ORDER BY ASC;`
 - (B) `SELECT *.* FROM TabCamara WHERE CargoMesaDiretora IS NOT 'NULL' ORDER BY Partido, NomeDepDistr ASC;`
 - (C) `SELECT * FROM TabCamara WHERE CargoMesaDiretora IS NOT EMPTY ORDER BY Partido AND NomeDepDistr ASC;`
 - (D) `SELECT Partido AND NomeDepDistr FROM TabCamara WHERE CargoMesaDiretora IS NULL ORDER BY Partido, NomeDepDistr ASC;`
 - (E) `SELECT * FROM TabCamara WHERE CargoMesaDiretora IS NOT NULL ORDER BY Partido, NomeDepDistr ASC;`



34. A Analista de Sistemas realizou outra consulta utilizando o comando SQL: `SELECT DISTINCT Partido, CargoMesaDiretora, NomeDepDistr FROM TabCamara WHERE CargoMesaDiretora LIKE '%secr%'`;
- Esta consulta apresentou
- (A) todos os campos das linhas em que o conteúdo de CargoMesaDiretora se inicie com secr.
 - (B) os campos Partido, CargoMesaDiretora e NomeDepDistr das linhas nas quais o conteúdo de CargoMesaDiretora possua secr.
 - (C) apenas os campos Partido, sem repetição, de todas as linhas nas quais o conteúdo de CargoMesaDiretora possua secr.
 - (D) todos os campos das linhas nas quais o conteúdo de CargoMesaDiretora finalize com secr.
 - (E) os campos Partido, CargoMesaDiretora e NomeDepDistr de todas as linhas com o campo Partido, sem repetição, nas quais o conteúdo de CargoMesaDiretora se inicie com secr.

35. Considere, por hipótese, que um Analista de Sistemas da Câmara Legislativa, ao observar o fluxo da criação ao arquivamento de documentos institucionais por Deputados Distritais, criou o diagrama UML abaixo.



Este diagrama

- (A) mostra que a classe Documento possui diferentes estados ou operações: é criado, revisado, atualizado, validado e aprovado, embora nem sempre seja arquivado.
 - (B) indica que há diferentes processos que participam desta atividade, como Deputado, Revisor, Validador e Arquivador. Esses processos são representados no diagrama por partições renderizadas como *lifelines* horizontais.
 - (C) de sequência mostra que Documento é o único nó de objeto do processo. Criação, Atualização, Revisão, Validação, Solicitação de Mudança e Arquivamento serão modelados como classes no diagrama de classes.
 - (D) de atividades mostra responsabilidades de diferentes *roles* e a sequência de alterações do Documento. O diagrama de máquina de estados também poderia ser usado neste caso para mostrar como o Documento muda seu estado ao longo do tempo.
 - (E) de estados do Documento mostra apenas os estados e transições do Documento. Para apresentar as atividades, quando diferentes *roles* e vários nós de objeto estão envolvidos, o diagrama de sequência é o mais indicado.
36. Considere, por hipótese, que alguns Deputados Distritais apresentaram projetos na Câmara Legislativa e solicitaram à um Analista de Sistemas que avaliasse se cada projeto respeita os pressupostos da ecologia da informação. O Analista concluiu, corretamente, que o trecho de um projeto que o coloca de acordo com a ecologia da informação é
- (A) universalizar o acesso à informação nas escolas, através do uso exclusivo de meios computacionais. O ponto essencial deste projeto é que sua abordagem coloca a tecnologia no centro do mundo da informação e não na periferia.
 - (B) criar a cultura informacional em bairros mais pobres. A cultura informacional refere-se à forma como a pessoa lida com a informação, ou seja, como ela busca, utiliza, cria, altera, acumula, valoriza e estabelece tantas outras atitudes com relação à informação e não representa os valores e crenças de um grupo em relação à informação.
 - (C) definir no projeto social uma arquitetura da informação que seja o elo entre o comportamento, processos e pessoal especializado com a estrutura organizacional, espaço físico e métodos administrativos. A ênfase primária não deve estar na geração e na distribuição de enormes quantidades de informação, mas no uso eficiente de uma quantia pequena.
 - (D) corrigir na universidade como o gerenciamento da informação é realizado. Este deve se basear apenas em disciplinas como engenharia e arquitetura, ao invés de considerar disciplinas como biologia, sociologia, psicologia, economia e ciência política, ao se montar a abordagem do uso da informação.
 - (E) evitar que os sistemas de informação que controlam as bolsas de auxílio para as famílias carentes sofram mudanças. Como o ambiente informacional deve se manter estável para evitar fraudes, a administração informacional deve fechar espaços para a transformação, pois não se sabe ao certo que tipo de transformação pode ocorrer.



37. Considere, por hipótese, que uma Analista de Sistemas da Câmara Legislativa está participando de um processo de avaliação de quatro *softwares* concorrentes para suporte a algumas atividades da Câmara. A Analista solicitou que cada empresa fornecesse a função de complexidade do principal algoritmo do *software*. As funções de complexidade estão listadas abaixo.

- I. $f(n) = n^2$
- II. $f(n) = n \log_2 n$
- III. $f(n) = 2^n$
- IV. $f(n) = 3 \log_2 n$

Ao fazer a análise dos algoritmos, a Analista conclui corretamente que

- (A) para entradas de tamanho n até 1.000 qualquer um dos *softwares* poderá ser utilizado sem comprometer o desempenho do sistema.
- (B) há uma relação de dominação assintótica de um dos *softwares* sobre os demais e este *software* que domina assintoticamente os outros não deve ser escolhido, pois pode comprometer o desempenho do sistema.
- (C) para entradas de tamanho n acima de 1.000 o *software* IV é o mais indicado para ser escolhido, pois quanto maior o valor de n , menor o valor do $\log_2 n$.
- (D) para entradas de tamanho n igual ou acima de 1.000.000 qualquer um dos *softwares* ficará inviável, pois o desempenho do sistema ficará comprometido.
- (E) ambos os *softwares* com funções de complexidade logarítmicas possuem algoritmos ótimos e dominam assintoticamente todos os outros, por isso são as melhores escolhas.

38. Em todos os tipos de abordagem para a realização do planejamento estratégico há a necessidade da realização de uma análise da situação atual. Para realizar a análise, muitas vezes é utilizada a ferramenta denominada Análise SWOT que compreende o levantamento apenas de fatores internos e externos denominados

- (A) capacidade, trabalho, objetivo e tarefas.
- (B) capacidade, força, oportunidades e mão de obra.
- (C) objetivo, pontos fortes, recursos e tarefas.
- (D) força, fraqueza, oportunidades e ameaças.
- (E) oportunidades, pontos fracos, pontos fortes e capacidade.

39. O diagrama de Ishikawa visa auxiliar a encontrar e eliminar possíveis deficiências na qualidade de serviços e produtos para garantir melhores resultados. O diagrama de Ishikawa tem como característica

- (A) auxiliar a encontrar a causa raiz do problema.
- (B) gerar um plano de ação para mitigar o problema.
- (C) identificar a real gravidade e a intensidade de um problema.
- (D) mostrar a importância de todas as condições, a fim de escolher o ponto de partida para solução do problema.
- (E) identificar o caminho real e ideal para um produto ou serviço com o objetivo de identificar os desvios.

40. A nova era da comunicação por meio da internet possibilitou o estabelecimento da democracia digital uma vez que esta forma de comunicação permite e facilita a maior participação da população. Nesse cenário, no Brasil existe o Portal da Transparência, cuja finalidade principal de uso é

- (A) criar um espaço de discussão e propor ideias para o poder executivo.
- (B) disponibilizar acesso gratuito para o cidadão reclamar e opinar sobre a atuação do governo.
- (C) possibilitar o acompanhamento da utilização dos recursos do governo.
- (D) disponibilizar serviço *online* para a solução de problemas de dívidas com o governo.
- (E) servir de canal ao cidadão para a requisição de algum serviço público.



41. Considere que alguns funcionários da Câmara Legislativa estão elaborando um documento de projeto a várias mãos e, para isso, necessitam utilizar uma área de trabalho comum e compartilhada. Eles podem escrever suas observações e alterar partes desse documento, trabalhando de forma simultânea ou de forma assíncrona, onde todos atuam e podem visualizar as ações uns dos outros. A ferramenta utilizada para isso é
- (A) a lista de discussão.
 - (B) o editor de texto colaborativo.
 - (C) o fórum colaborativo.
 - (D) a enciclopédia colaborativa.
 - (E) a arquitetura corporativa.
-
42. O Certificado Digital é basicamente a identidade digital de uma pessoa física ou jurídica que contempla, a tempestividade e a temporalidade, que não são sinônimos. É correto afirmar:
- (A) Temporalidade é sinônimo de Carimbo de Tempo, cuja autoridade de tempo é a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
 - (B) Tempestividade inclui o Selo Cronológico Digital, cuja autoridade de tempo é o Observatório Nacional.
 - (C) Temporalidade inclui o Selo Cronológico Digital, cuja autoridade de tempo é a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
 - (D) Tempestividade trata da Revogação por expiração do tempo, cuja autoridade de tempo é o Observatório Nacional.
 - (E) Temporalidade trata da Revogação por expiração do tempo, cuja autoridade de tempo é o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).
-
43. Em uma aplicação de localização geoespacial, um Analista de Sistemas necessitou desenvolver uma função para executar rasterização, que significa
- (A) sobrescrever um *bitmap* usando coordenadas geográficas.
 - (B) converter um vídeo de filme aéreo em imagem vetorial.
 - (C) transformar uma imagem *jpeg* em arquivo vetorizado.
 - (D) converter uma imagem vetorial em imagem de *pixels*.
 - (E) sequenciar várias imagens de *pixels* para uso em vídeo, simulando movimento.
-
44. Considere o texto:
- Monitorar fenômenos naturais e também antrópicos, tais como a extensão de um desmatamento, invasões territoriais e outros correlatos, é um dos grandes avanços já produzidos pela ciência e tecnologia no que se refere ao estudo da superfície terrestre e de todos os elementos que compõem a biosfera, sendo de fundamental importância para os governos no que se refere ao controle dos territórios.*
- O monitoramento referido no texto é possibilitado por um conjunto de técnicas e procedimentos tecnológicos usado nas operações de coleta de dados e de representação da superfície terrestre, sem contato direto. Trata-se de
- (A) um sensoriamento remoto.
 - (B) uma vetorização remota.
 - (C) um georreferenciamento.
 - (D) uma geosedimentação.
 - (E) uma serialização geodésica.
-
45. Um Analista de Sistemas necessitou resolver um problema corporativo durante a ausência de um colega que possuía *expertise* no assunto e cujo conhecimento, por excelência, era fundamental para solução desse problema. Entretanto, o órgão de TI possuía uma base de informações sobre a área de conhecimento, armazenada em recursos computacionais, que possibilitou ao Analista solucionar o problema usando o conhecimento acumulado no órgão. A tecnologia informatizada que o orientou nessa tarefa é
- (A) uma decomposição hierárquica.
 - (B) uma modelagem multidimensional.
 - (C) um pivoteamento.
 - (D) uma análise de afinidades.
 - (E) um sistema especialista.
-
46. No contexto de *Business Intelligence* (BI) pode-se descobrir interesses de cunho político dos cidadãos pelo perfil de cada um, categorizando-os por faixa etária, escolaridade, poder aquisitivo ou outras particularidades típicas. A captura dos perfis pode ser feita, por exemplo, por meio de uma aplicação *Web* que desperte o interesse de acesso ao conteúdo do *site* pelos cidadãos em troca do fornecimento de seus dados pessoais, tornando possível realizar cruzamentos e associações desses dados e então tomar decisões a respeito. Esse processo refere-se a uma aplicação típica da tecnologia denominada
- (A) *data mart*.
 - (B) *dashboard*.
 - (C) OLTP.
 - (D) *data mining*.
 - (E) *star schema*.



47. Suponha que se queira totalizar, em um único *data set*, as consultas à legislação feitas pelos cidadãos, por ano e categoria legislativa (Lei, Decreto, Regulamento etc.). As consultas aos dados podem ser feitas presencialmente, em diversas Casas do Legislativo, geograficamente distintas e, também, pela internet. Para tanto, um *Data Warehouse* foi projetado com dois cubos, um deles, o que se refere ao processo de consulta presencial, registra a Casa Legislativa onde foi feita a consulta, a Categoria Legislativa consultada e o Ano da Consulta. O outro, para o processo feito via internet, registra a Identidade do Cidadão, a Categoria Legislativa consultada e o Ano da Consulta.

Nesse contexto, a obtenção dos totais desejados envolve mais de uma tabela fato e a totalização que, segundo Kimball, é obtida mediante o uso da técnica de processamento analítico

- (A) *rank*.
- (B) *drill-through*.
- (C) *drill-across*.
- (D) *drill-within*.
- (E) *nest-unnest*.

48. Um dos problemas enfrentados no processo de videoconferência é o *skew* que é

- (A) a variação de atraso no trânsito ponta a ponta, que em termos matemáticos é medido como o valor absoluto do primeiro diferencial da sequência de medidas de atrasos individuais.
- (B) a taxa média de erros do meio de comunicação, cujo nível pode ser fruto do esquema de comutação da rede, onde defeitos ou ineficiências podem alterar a ordem de transmissão original ou ainda causar a perda de pacotes.
- (C) o atraso imposto pelo *link* de comunicação que não é constante, mas sim uma média esperada para a transmissão ponta a ponta dos pacotes.
- (D) o tempo decorrido na transmissão de um pacote de informação do transmissor até o receptor. Quanto maior o atraso, mais problemas tem o protocolo de transporte para trabalhar eficientemente.
- (E) a diferença nos tempos de apresentação de dois objetos relacionados como, por exemplo, entre os fluxos de áudio e de vídeo.

49. Considere, por hipótese, os seguintes requisitos de aplicações multimídia, constantes do acordo de nível de serviços exigido pelo órgão legislativo para uma operadora atender uma aplicação de voz sobre IP (VoIP – *Voice over IP*) com algumas centenas de canais de voz simultâneos, numa rede IP WAN:

- Vazão maior ou igual a 3 Mbps;
- Atraso menor ou igual 200 msec; e
- Disponibilidade maior ou igual a 99,8%.

Esses requisitos são categorizados como

- (A) Requisito de *Link* de Serviço (RLS).
- (B) Serviço de Valor Adicionado (SVA).
- (C) *Sniffer Level Requirement* (SLR).
- (D) *Quality of Service* (QoS).
- (E) *Multicast Requirement* (MR).

50. Em uma hipotética videoconferência com múltiplo elenco, realizada entre a sede da Câmara Legislativa e parlamentares geograficamente distantes dessa Casa, observou-se que

- somente o criador da conferência podia enviar vídeo e áudio; e
- os demais participantes podiam ver e ouvir os dados enviados, mas não podiam enviar.

Trata-se de videoconferência do tipo

- (A) *cybercast*.
- (B) *onecast*.
- (C) *sympleway*.
- (D) *podcast*.
- (E) *monoway*.

51. Um banco de dados multimídia se caracteriza quando tem campos, dentro de tabela do banco, que armazenam informações digitais no formato

- (A) ASCII e que podem armazenar vídeo, imagem e áudio, mas não arquivos com extensão exe.
- (B) binário e que podem armazenar vídeo, imagem e áudio, inclusive arquivos com extensão pdf ou exe.
- (C) ASCII e que podem armazenar vídeo, imagem e áudio, inclusive arquivos com extensão exe, mas não pdf.
- (D) binário e que podem armazenar vídeo, imagem e áudio, mas não arquivos com extensão exe.
- (E) hexadecimal e que podem armazenar vídeo, imagem e áudio, mas não imagens do tipo vetorial.



52. Com um volume cada vez maior de documentos, os órgãos públicos necessitam estabelecer um processo de gerenciamento de conteúdo, por exemplo, conforme aprovado pela *Association for Information and Image Management (AIIM)*, com foco nos 5 componentes principais de um *Enterprise Content Management (ECM)* que são:
- (A) capturar, gerenciar, armazenar, preservar e entregar.
 - (B) pesquisar, gerenciar, digitalizar, entregar e traduzir.
 - (C) catalogar, especificar, capturar, classificar e gerenciar.
 - (D) gerenciar, microfilmar, traduzir, coletar e preservar.
 - (E) gerenciar, armazenar, digitalizar, traduzir e diferenciar.

53. Um importante instrumento arquivístico na Gestão Pública, fundamental para a implantação da Gestão Documental e consequente da Gestão de Conteúdo, é resultante da avaliação que tem por objetivo definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação a quem dela necessitar. Sua estrutura básica deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos por uma instituição no exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final, eliminação ou guarda permanente, além das observações necessárias à sua compreensão e aplicação. Trata-se do instrumento
- (A) Listagem de Transferência de Arquivos.
 - (B) Tabela de Temporalidade.
 - (C) Termo de Recolhimento de Documentos.
 - (D) Tabela de Eliminação de Documentos.
 - (E) Tabela de Classificação de Documentos.

54. Considerando as características de patamares direcionadas às arquiteturas distribuídas de execução de processos, o trabalho cooperativo, que é realizado de modo descentralizado, deve permitir que
- I. cada parte do processo de *workflow* possa ser executada no local mais apropriado, usando os recursos disponíveis desse local;
 - II. cada componente ou fragmento do processo remoto seja o mais acoplado e dependente possível dos outros processos com os quais é coordenado; e
 - III. os dados locais, o estado de execução, as ferramentas e as demais partes do processo de *workflow* possam ser manuseados remotamente, de acordo com esquemas de segurança de acesso pré-definidos.

De acordo com as melhores práticas de *workflow*, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) III.
55. A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) regulamenta o conjunto de dados sob forma eletrônica, ligados ou logicamente associados a outros dados eletrônicos, denominado
- (A) código de autenticação, que tem o propósito de garantir a confidencialidade das mensagens.
 - (B) cifra eletrônica, que é utilizada como extensão do certificado digital.
 - (C) assinatura eletrônica, que é utilizada como método de comprovação da autoria de mensagens.
 - (D) alvará eletrônico, que tem por objetivo a análise de disponibilidade de mensagens.
 - (E) assinatura digital, que tem o propósito de garantir o sincronismo entre mensagens.
56. A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), estabelece que o ciclo de vida de uma assinatura digital compreende apenas os processos de
- (A) criação, subscrição, armazenamento e verificação.
 - (B) subscrição, armazenamento, catalogação e verificação.
 - (C) especificação, verificação, reconhecimento e revalidação.
 - (D) especificação, subscrição, verificação e categorização.
 - (E) criação, verificação, armazenamento e revalidação.



57. De forma simplificada, o processo criptográfico de verificação de uma assinatura digital compreende alguns passos que, dentre outros, são cumpridos pelo verificador, o qual decifra a
- (A) assinatura digital, com a chave pública do signatário contida no certificado digital, obtendo o resumo criptográfico gerado e cifrado pelo signatário no momento da assinatura.
 - (B) assinatura eletrônica, com a chave pública do signatário contida no certificado digital, obtendo o código digital gerado e cifrado pela Autoridade Certificadora quando da emissão do certificado.
 - (C) criptografia, com a chave privada do destinatário contida no código digital gerado e cifrado pelo signatário, quando da emissão do certificado.
 - (D) criptografia, com a chave pública do destinatário contida no carimbo digital gerado e cifrado pela Autoridade Certificadora, quando da emissão do certificado.
 - (E) assinatura digital, com a chave privada do signatário contida no resumo criptográfico gerado e cifrado pelo destinatário, quando da aquisição do certificado.

58. A proposta de uma solução de *Big Data*, oferecendo uma abordagem consistente no tratamento do constante crescimento e da complexidade dos dados, deve considerar os 5 V's do *Big Data* que envolvem APENAS os conceitos de
- (A) volume, versionamento, variedade, velocidade e visibilidade.
 - (B) velocidade, visibilidade, volume, veracidade e vencimento do dado.
 - (C) volume, velocidade, variedade, veracidade e valor.
 - (D) variedade, vencimento do dado, veracidade, valor e volume.
 - (E) vulnerabilidade, velocidade, visibilidade, valor e veracidade.

59. Considere o texto:

Se, por hipótese, uma impressora quebrar durante a impressão urgente de resposta jurídica a uma ação política impetrada por um cidadão contra parlamentares, o dano pode ser impactante, considerando os tempos de chamada de técnicos e de execução de reparos emergenciais, bem como a perda política e eventuais penalidades que podem ser impostas ao órgão.

Uma prevenção tecnológica possível de ser aplicada a uma situação dessa natureza seria, por exemplo, utilizar sensores instalados nos dispositivos que possam detectar vibrações ou indicações de calor, sinalizando potenciais problemas nos equipamentos, emitindo avisos para a equipe de manutenção agir proativamente, ainda que remotamente localizada, para prevenir falhas nos equipamentos, evitando assim os transtornos mencionados.

A prevenção referida no texto é possibilitada pelo uso de uma tecnologia denominada

- (A) Gestão de Conteúdo Corporativo.
 - (B) *Service Desk*.
 - (C) Realidade Virtual.
 - (D) Internet das Coisas.
 - (E) Computação em Nuvem.
60. As diretrizes ou recomendações de acessibilidade explicam como tornar o conteúdo *Web* acessível a todas as pessoas e destinam-se aos criadores de conteúdo (autores de páginas e criadores de sites) e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdo. No âmbito do mercado, as diretrizes de acessibilidade são publicadas pela *World Wide Web Consortium (W3C)* por meio das recomendações *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)* e, no âmbito do Governo Federal,
- (A) foi elaborado o documento e-BrDoc, que contém as diretrizes ou recomendações que norteiam o desenvolvimento de sites e portais acessíveis.
 - (B) ainda não existem diretrizes nesse sentido e não são usadas as recomendações WCAG.
 - (C) foi concebido uma proposta de documento, para nortear futuramente o desenvolvimento de sites e portais acessíveis, porém, ainda não contempla as todas as diretrizes necessárias.
 - (D) já foi concebido e foi publicado recentemente o e-CidadãoBr, que é um documento que contém as diretrizes ou recomendações que norteiam o desenvolvimento de sites e portais acessíveis.
 - (E) já existe o documento público e-MAG, que contém as diretrizes ou recomendações que norteiam o desenvolvimento de sites e portais acessíveis do Governo Eletrônico.